

REFORMAS DO ESTADO: O CASO DO SETOR ELÉTRICO NA ARGENTINA E NO MÉXICO

Alessandro André Leme

Dept^o de Ciência Política do IFCH da UNICAMP

APRESENTAÇÃO

Este *paper* é parte de um trabalho (pesquisa) em andamento sobre as reformas realizadas no setor elétrico no Brasil, na Argentina e no México, principalmente as ocorridas durante a década de 1990, como parte das reformas neoliberais implementadas nos países em desenvolvimento. Aqui salientaremos apenas o Caso argentino e o mexicano. O movimento dessas reformas tem nos evidenciado – até o momento – um movimento de reformas liberalizantes para o mercado engendrando uma nova configuração do setor elétrico por um lado e, por outro, pela presença de novos atores (capital privado e estatal multinacional) em setores que foram constituídos após a segunda-guerra com predominância da intervenção estatal.

Embora tanto a Argentina como o México apresentaram um processo de reformas econômicas liberalizantes voltadas para a lógica do mercado, as realizadas na Argentina foram mais intensivas do que as realizadas no México, principalmente quando se recorta o olhar apenas para o setor elétrico (energias).

Aqui apresentamos alguns dados e informações já pesquisadas e em fase de análise, algumas em estado mais avançado e outras ainda preliminarmente. Todavia, já nos é permitido a realização de algumas inferências, do desenvolvimento e sustentação de alguns argumentos. É mediante tal realidade (científica) de nossa pesquisa que apresentamos o texto a seguir.

AS REFORMAS NO SETOR ELÉTRICO ARGENTINO: IMPLANTAÇÃO DA AGENDA LIBERALIZANTE E CRISE NO SETOR

“Las causas de la presente crisis energética que enfrenta el país tienen un carácter estructural que se deriva del mal diseño de las reformas efectuadas a principios de los noventa y poco tienen que ver con el tan enfatizado tema de las tarifas”.

(Roberto Kozulj y Héctor Pistonesi, - Fundación Bariloche- S. C. de Bariloche abril de 2004).

A Argentina é um país que se localiza na América do Sul e ao lado do Brasil e do México representa um dos mais importante país da América Latina. Sua estrutura de governo administrativo assenta-se numa República Federal¹ com poderes concentrados no governo Federal (sediado na cidade de Buenos Aires, capital política do país).

A reforma constitucional pela qual o país passou em agosto de 1994 estabeleceu um sistema presidencial com três poderes independentes (executivo, legislativo e judiciário). Entre as mudanças engendradas pela reforma da constituição no aspecto político, referiu-se a introdução da reeleição presidencial, a redução do período de governo de seis (6) para quatro (4) anos e a escolha do presidente de forma di-

¹ A Republica da Argentina é dividida em 23 Províncias e uma Capital Federal.

reta. O poder legislativo é dividido entre a Câmara de Senadores (três por províncias) e a Câmara de Deputados (com representação proporcional à população de cada Província), modo de organização política dos poderes similar ao brasileiro.

Após a reabertura democrática da Argentina em 1983, o país tem passado por ciclos de estabilidade e crise na economia. A partir do primeiro governo do presidente Menem em 1990 foi implantado no país um novo modelo de crescimento econômico assentado na abertura da economia e numa rígida ordem fiscal e monetária. Os principais mecanismos para sustentação desta nova condução econômica foram à reforma estrutural do setor público, a privatização das companhias do Estado e a reorganização de mercados competitivos a fim de promover uma melhor alocação dos recursos (a chamada eficiência).

O extenso programa privatista argentino proposto e implementado durante a década de 1990, assentava-se no discurso de melhoramento da qualidade da infraestrutura física e dos serviços públicos (busca de modernização) e, ao mesmo tempo, aumentaria a competitividade global da economia.

Um dos setores visados da reforma foi o setor de energia elétrica, dado a necessidade de modernizá-lo e buscar competitividade do mesmo em esfera global, para tal, a privatização do setor elétrico seria questão central para melhor alocação dos recursos e melhor eficiência do setor na economia, uma vez que a energia elétrica é fundamental para o desenvolvimento econômico da Argentina, tendo em vista o novo padrão geopolítico global da atualidade. É com base na importância que o setor elétrico teve no processo de reforma da infraestrutura Argentina que vamos elencar a seguir um pouco da história do mesmo e sua íntima relação ao processo de industrialização do país.

A Argentina, assim como a maioria dos países latino americano, teve no processo de industrialização a predominância do capital privado (nacional e estrangeiro) na gestão/operação do setor elétrico, destacando-se a concessionária SEGBA, sediada na província da grande Buenos Aires e que foi estatizada no final dos anos 50.

Após a Segunda Guerra Mundial houve, na Argentina, um processo muito semelhante aos ocorridos em outros países latino-americanos, isto é, uma gradativa necessidade do Estado assumir as responsabilidades dos investimentos em infra-estrutura no país, visando com isto, alcançar uma rápida industrialização do país.

Contudo, a principal empresa estatal – hidroelétrica – Argentina cuja estruturação é vertical e integrada é a '*Águas y Energía Eléctrica*' (AYE) que, no seu surgimento, aproveitou-se de condições institucionais e de financiamento externo para compor um conjunto de centrais de geração e de distribuição de energia elétrica, ainda contribuindo para a construção de um sistema interligado de transmissão em quase a totalidade do território nacional.

Predomina, no entanto, no setor elétrico argentino, um parque térmico que em 1994, representava cerca de 63,5% do referido setor, distribuído em aproximadamente 57,8% a óleo e gás e 5,7% nuclear. Tal predominância se sustenta pelas elevadas disponibilidades de reservas de óleo e gás no país que acabaram por suscitar tal característica. À hidroeletricidade representava na mesma época no país cerca de 36,4%, operando, em sua maioria, com usinas a fio d'água (Rosa, Tolmasquim e Pires, 1998).

Na década de 1980, contudo, já vinham ocorrendo várias transformações no setor elétrico argentino: a transferência de ativos da distribuidora AYE para cerca de dezessete províncias engendrou com isto, um modelo institucional um tanto complexo no país, com uma diversidade envolvendo agentes federais, provinciais e cooperativas municipais.

O cenário de fundo da década de 1980 na Argentina foi marcado por três processos fundamentais para o entendimento e reflexão sobre o país no final do século XX e início do século XXI, a saber: a transição de um governo autoritário para um governo democrático com a eleição de Raúl Alfonsín (1983-1989) – questão política acerca da Democracia –; a crise econômica pelo qual o país passou na década de 1980, marcada pela hiperinflação e crescimento da dívida externa –

crise econômica – e, a implantação da agenda neoliberal a partir de 1989 com o presidente Carlos Menem que assume uma política de ajuste fiscal, abertura financeira e um conjunto de privatizações, dentre outros aspectos – agenda neoliberal (liberalizante).

Com o advento das orientações neoliberais na Argentina a partir da eleição do governo justicialista Carlos Menem (1989-99), começou-se a formar a base para um processo posterior de reestruturação e privatização de diversos setores da economia do país, do qual o setor elétrico continuou fazendo parte, ambos os processos tiveram amparo nos seguintes argumentos para a ampliação da abrangência das reformas, a saber: a deterioração financeira das empresas estatais; a queda da qualidade dos serviços e a crise de oferta, provocada pela queda nos investimentos no setor; a existência de corrupção e má administração das empresas públicas; e as altas perdas de “*know-how*” mais competitivo (Rosa, Tolmasquim e Pires, 1998).

Neste processo de reestruturação do setor elétrico, a privatização foi um dos aspectos centrais a serem realizados. Antes de implementá-la, o governo efetuou um conjunto de mudanças setoriais que consistiu, no central, na fragmentação das empresas federais em diversas unidades de negócios, visando facilitar as vendas e, ao mesmo tempo, tentar evitar a formação de monopólios privados no setor (o Brasil posteriormente iria apresentar um processo de privatização semelhante e, também questionável sobre sua eficácia e sustentabilidade para a continuidade de investimentos no setor).

A privatização do setor elétrico argentino foi feita num espaço de tempo muito curto, sustentado pelo argumento de que as reformas privatizantes precisariam ocorrer o mais rápido possível porque, só mediante isso, os problemas correntes de racionamento de eletricidade seriam superados. Aqui é bom salientar que quando Menem assume a presidência em 1989, uma das marcas do governo passado (Alfonsín) era as constantes crises (apagões e racionamentos) no setor elétrico argentino.

Com as privatizações, houve também, a criação de um '*Mercado Eléctrico Mayorista*' (MEM), cujas atribuições seriam as de promover um ambiente competitivo de energia eléctrica. A administração do MEM era feita por uma companhia independente – '*Compañia Administradora Del Mercado Mayorista Eléctrico Sociedad Anónima*' (Cammesa) –, na qual participaram diversos atores, dentre os quais, acionistas, o Estado, os geradores, os distribuidores, os grandes consumidores e as empresas de transmissão.

Outro fator constituinte das reformas ocorridas no setor eléctrico argentino foi à criação de um órgão regulador federal denominado '*Ente Nacional Regulador de la Electricidad*' (ENRE) cujas atribuições foram a de definir os valores tarifários do mercado cativo de energia eléctrica (consumidores com demanda inferior a 1 MWh anual); estabelecer pedágio para o setor de transmissão, impedir a concentração do mercado e estimular o fim de preços ineficientes.

Refletir sobre o setor energético argentino, seja em seu sentido mais *latu* ao mais estrito, implica-se em compreender um setor complexo que envolve simultaneamente o petróleo, o gás e a energia eléctrica (térmica ou hídrica). Como em quase todos os países em desenvolvimento, a Argentina começou a realizar um conjunto de reformas no setor energético que iam desde a desregulamentação do setor até a privatização do mesmo.

Neste sentido, embora a Argentina já houvesse apresentado indícios de mudanças para orientação e condução da economia voltada para as reformas liberalizantes para o mercado ainda durante o governo autoritário, seria somente a partir do final dos anos 80, já sob grande influência das agências multilaterais e principalmente do chamado "*Consenso de Washington*" que tais mudanças ocorreriam. Um dos marcos fundamentais nesse processo de transformação e/ou reconfiguração do setor energético argentino consistiu na transformação do setor hidrocarbúrfico pela sanção das leis de Emergência Económica e da Reforma do Estado em 1989, cuja extensão vai até 1993 com a privatização da YPF. Cabe salientar que a Argentina, assim como quase

toda a América Latina durante a década de 1980 passou por várias crises econômicas e com processos sucessivos de crises hiperinflacionária, ou seja, o quadro econômico e sócio-político era de instabilidade e crise.

Mediante tal quadro econômico e sócio-político é que as orientações pelas reformas liberalizantes para o mercado tomam força e fôlego de implantação generalizada pelos países latino-americanos, principalmente na Argentina e em seguida no Brasil.

É neste contexto que Menem, ao assumir o governo, começa a realizar um conjunto de reformas na economia e no Estado, dentre elas, um processo muito acelerado de uma política de privatizações de empresas públicas, cuja orientação podemos denominar de neoliberal.

Cabe aqui uma breve descrição de um fenômeno político-econômico ocorrido em toda América Latina durante o século XX, principalmente após a 2ª guerra mundial donde há um processo histórico marcado pelo seguinte movimento da condução econômica e política dos países em desenvolvimento, qual seja: em um primeiro momento há uma condução das coisas econômicas sobre domínio e gestão do capital privado em diversos setores da economia, dentre eles o de energia e transporte (por exemplo), após a segunda guerra mundial o Estado começa a assumir a gestão e investimento destes setores e muitos outros, ou seja, há uma redefinição do Estado tanto nos aspectos infra-estruturais como político-sociais sob a lógica do que se convencionou a denominar de estados desenvolvimentistas. Uma espécie de “*Welfare State*” Latino Americano reduzido em dimensão e alcance, porém centrado numa concepção de Estado que não só visava a mediação entre o Capital e o Trabalho, como também se inseria na Economia como ator influente e ativo tanto na condução, planejamento e investimentos, formando assim o tripé clássico de tal Estado (Estado/Capital/Trabalho).

Com o processo de privatização na década de 1990 ainda houve de forma simultânea um processo de desregulamentação de outras áre-

as da economia para a lógica do mercado, tal como a flexibilização do mundo do trabalho.

Num primeiro momento, podemos afirmar que o discurso e a prática privatista se assentou em bases materiais de um estado dilacerado em seu aspecto econômico e político social, cuja necessidade de reformas se faziam mais que necessárias. E é neste contexto histórico que as orientações neoliberais retornam a cena político-econômica justificada por um lado, pela situação de crise e, por outro lado pela veiculação discursiva de busca de melhor eficiência e equilíbrio na economia e conseqüentemente, segundo este discurso, melhores condições de vida para todos, ou seja, bastava realizar reformas voltadas para as forças do mercado atuarem livremente que tudo se resolveria por decorrência natural.

Porém, a situação pouco tempo depois de realizadas às ditas reformas para o mercado já demonstravam que na prática a eficiência e a livre concorrência não estavam ocorrendo da forma como se imaginava, começou a apresentar nos setores privatizados uma forte concentração e centralização do capital, formando, em muitos casos, monopólios e oligopólios setoriais, tal qual ocorrido no setor energético Argentino.

Antes mesmo de apresentarmos um pouco do debate sobre o funcionamento do setor elétrico argentino pós-privatização e sua respectiva crise, faz-se necessário elencar um pouco mais sobre os fatores contidos na reestruturação realizada no setor voltada para o mercado.

Começemos pela Lei nº 23.696, sancionada em 1989, a partir da qual se começou um processo de transformação do setor elétrico com a introdução de novos aspectos/conceitos, quais sejam:

- a) introducción y promoción de competencia y mecanismos de mercado en todas las actividades donde esto fuera posible;
- b) creación de reglas de juego para facilitar la concurrencia de productores y consumidores generando precios que transmitan señales eficientes de incentivos para aumentar la oferta eléctrica;

- c) separación del Estado de las actividades empresarias del sector, quedándose con la función de definición de políticas, regulación y control de la actividad;
- d) se debe realizar anualmente un informe de prospectiva orientador del Sector Eléctrico;
- e) incorporación del sector privado en condiciones de riesgo (Secretaría de Energía, abril de 2002).

Todavía, a estruturação do setor para o mercado e suas respectivas características foi marcada pela Lei nº 24.065 (de 1992 e regulamentado pelo Decreto nº 1.398/92) que apresentava como pontos centrais os seguintes aspectos:

- a) división de las actividades Del Sector Eléctrico: generación, transmisión, distribución con la participación de comercializadores;
- b) los consumidores se dividen en Grandes Usuarios, y Usuarios Finales. Los primeros se constituyen en Agentes del Mercado Eléctrico;
- c) existencia de un mercado a térmico y un mercado *spot* para la compra-venta de energía;
- d) los distribuidores pueden comprar la energía al mercado a un precio estabilizado actualizable trimestralmente;
- e) los generadores pueden vender energía al mercado a través de un precio *spot* horario;
- f) la generación necesaria para satisfacer la demanda se determina en función del costo económico de operación del sistema eléctrico;
- g) los precios *spot* horarios se determinan marginalmente con el costo de la proxima unidad a ser convocada (Secretaría de Energía, abril de 2002).

Outros fatores ainda fizeram parte das novas definições do setor elétrico, possuindo destaque a possibilidade de intercâmbio do MEM

com os países vizinhos, abrindo para a possibilidade de exportar ou importar energia por meio de contratos entre as empresas privadas que estivessem adequadas aos requisitos do marco regulatório.

Ao passo, que por um lado, o conjunto de reformas no setor elétrico argentino alterou de forma efetiva sua modelagem e respectivamente os atores que nele estavam inseridos, por outro, também funcionou como marco político-econômico e estratégico frente à dívida externa, a função do Estado e a incorporação da Argentina ao chamado “mundo global”.

Por meio das privatizações permitiu-se pagar os serviços da dívida externa aos credores externos mediante a instrumentalização do mecanismo de capitalização de títulos da dívida em transferência dos ativos estatais (período de 1988-1990). Outro fator se referiu a possibilidade de novos investimentos oriundos dos novos atores adentrado ao mercado elétrico – fato este que não se verificou no decorrer da década de 1990 na gestão Menem, mas sim resultando em crise no setor aos fins desta década e se prolongando até aos primeiros anos do século XXI (Basualdo et alli, 2002).

“el programa de privatizaciones, por un lado, permitiría saldar de forma ‘superadora’ el conflicto existente entre las fracciones predominantes Del capital (interno y externo). Por otro, como consecuencia de lo anterior, permitiría al gobierno Del Dr. Menem contar con un sólido apoyo político, sobre el cual sustentaría su consolidación en el poder” (Basualdo et alli, 2002:21).

De forma resumida, pode-se afirmar que as privatizações em geral, e no setor elétrico em particular, funcionaram como fator de conciliação entre os atores internos (capital nacional, elites econômicas e políticas) e externos (capital estrangeiro, transnacional) com a administração governamental, ou seja, entre o Estado e os agentes do mercado (nacional e internacional).

As condições expostas acima encenam uma convergência de interesse sócio-político, ou seja, as condições objetivas de possibilidade

de implantação de um vasto programa de reformas estruturais assentadas em um ponto de vista “extra-econômico”. Essas condições alcançadas pelo governo Menem são fundamentais para o seu sucesso da implantação da agenda liberalizante no país na década de 1990.

Uma primeira tentativa de implementação de uma agenda voltada para o mercado (como já salientado acima), mas sem muito êxito, ficando praticamente no discurso, remonta os planos econômicos da última ditadura militar, na gestão de Martínez de Hoz que veiculava ser de fundamental importância para a época, a privatização de algumas empresas públicas. Todavia, neste período não só não se privatizou nenhuma empresa como também se incorporou por meio do Banco Central um conjunto de empresas privadas que haviam quebrado em função da crise iniciada em 1981.

Um dos atores que atuaram para bloquear tais medidas privatistas foram os parlamentares justicialistas que com apoio de sindicatos não deixaram as propostas de privatização se efetivarem.

Pouco depois de assumir o governo (mediante um pacto de transição com o renunciante Alfonsín) em plena crise hiperinflacionária, o presidente Menem (do mesmo partido justicialista) enviou para o congresso um conjunto de reformas que continha um ambicioso programa de privatizações muito mais audacioso, radical e acelerado no tempo do que o proposto pelo governo militar em final de 1970 e início de 1980. A partir da sanção da *Ley de Reforma del Estado* em agosto de 1989 que indicava para as privatizações das principais empresas estatais, a Argentina passou a conviver com um novo papel do Estado, principalmente na gestão do setor público. A *Ley de Reforma del Estado*, criou um novo mercado para o setor privado atuar.

A *Ley de Reforma del Estado* estabeleceu, dentre outras coisas, que as empresas públicas podiam ser privatizadas mediante decretos do Poder Executivo, sendo que os credores externos poderiam capitalizar seus créditos, o que posteriormente também possibilitou a própria capitalização dos títulos da dívida externa pelos capitais estrangeiros e por alguns grupos econômicos locais. Esses são apenas alguns aspectos

tos marcantes do processo de reestruturação do setor elétrico argentino que culminou numa crise no setor a partir de 2001, acirrando-se em 2003 com o embate entre o governo e as empresas privatizadas no que concerne aos reajustes tarifários. Neste mesmo período há como cenário de fundo na Argentina uma grave crise econômica marcada pela moratória do país.

AS REFORMAS NO SETOR ELÉTRICO NO MÉXICO: DEBATES E PERSPECTIVAS

O setor elétrico mexicano constituiu-se historicamente sustentado na base térmica para geração/produção de energia elétrica, todavia, também faz parte do seu parque gerador algumas plantas de outras matrizes (hidroelétricas, carboelétrica, nucleoe elétrica, geotermoelétrica e eólica). No entanto a termoeletricidade e a hidroeletricidade são as principais fontes responsáveis pela manutenção do setor elétrico mexicano. As principais empresas de atuação no setor são públicas, a saber: a *Comisión Federal de Electricidad* (CFE) e a *Luz e Fuerza Del Centro*. Apresentaremos a seguir um pouco da constituição histórica do setor para posteriormente qualificarmos mais o debate sobre as reformas engendradas no setor no final do século XX, principalmente as ocorridas na década de 1990.

A geração de energia elétrica no México tem como marco inicial o ano de 1879, quando foi instalada em Leon, Guanajuato, a primeira planta geradora do país para atendimento das necessidades das fábricas têxteis privadas da época (tal qual verificado no Brasil na mesma época). O principal uso da energia elétrica neste período era para manutenção das indústrias têxteis e minerais nascentes e, somente marginalmente era utilizada para iluminação pública e residencial.

Em 1881, há o começo da iluminação elétrica no México a partir do atendimento pela *Compañia Mexicana de Gás y Luz Electrica*, marcando com isto, um novo patamar de desenvolvimento e de forma-

ção social no país, principalmente na capital. No ano de 1889 entrou em operação a primeira hidroelétrica do país em Batopilas, Chihuahua. Em 1898, adentrou ao país a companhia canadense *The Mexican Light & Power Company, Ltd*, que inicia seus trabalhos para prestação do serviço de energia elétrica para todo o Vale do México. E, no ano de 1903 foi concedido a *The Mexican Light & Power Company, Ltd* a exploração das quedas d'água dos Rios de Tenango, Necaxa e Xaltepuxtla.

No ano de 1905, a *The Mexican Light & Power Company, Ltd* já controlava as seguintes empresas no país: *Cia. Mexicana de Electricidad*, *Cia. Mexicana de Gas y Luz Eléctrica* e a *Cia. Exploradora de las Fuerzas Eléctricas de San Idelfonso*, todas atuavam na mesma área de influencia da empresa canadense. Com isto, a *The Mexican Light & Power Company, Ltd* passa a ser a empresa hegemônica na prestação de serviços elétricos no Vale do México que incluía a capital do país, ou seja, neste período o setor era movido pelo capital privado estrangeiro.

No começo do século XX, a ampliação do setor elétrico mexicano esteve assentada no capital privado estrangeiro que se ampliava a cada ano via concessões do Governo Federal. Neste período, o México contava com uma capacidade instalada de aproximadamente 31.0 MW, totalmente gerada por empresas privadas, já em 1910 esta capacidade era de 50 MW, dos quais, cerca de 81% era gerado pela *The Mexican Light & Power Company, Ltd*, tal avanço se deve em grande parte pelo sucesso da implantação entre 1900-1905 do primeiro grande projeto hidroelétrico em Necaxa, no estado de Puebla.

Na segunda década do século XX, a empresa *The Mexican Light & Power Company, Ltd* vê pela primeira vez um concorrente adentrar ao espaço mexicano para prestação do mesmo serviço. A entrada da *The American and Foreign Power Company* foi marcada pela instalação de três sistemas interconectados entre o norte do território nacional. E no ocidente do país adentrou uma outra empresa estrangeira denominada de *Compañía Eléctrica de Chapala*, com sua sede em Gua-

dalajara. Essas duas novas empresas começaram a ampliar suas atividades nas suas respectivas áreas de influência.

Até o começo da década de 1930, o setor elétrico mexicano foi comandado pelas três empresas estrangeiras supra mencionadas, donde toda a possibilidade de expansão do setor foi realizado por elas configurando uma situação de hegemonias das respectivas empresas no setor elétrico mexicano.

Foi somente na década de 1930, com o Presidente Constitucional Substituto, general Abelardo L. Rodríguez que se criou a *Comisión Federal de Electricidad* (CFE) em 20 de janeiro de 1934 por meio de decreto lei (sendo regularizada por Lei em 1937, com o Presidente da República Gral. Lázaro Cárdenas Del Rio). Um dos objetivos da CFE era o de ampliar a capacidade geradora do país a fim de sustentar o desenvolvimento do mesmo.

A década de 1930 ainda marcou o crescente aumento populacional (demográfico) do México, o que acabou por exigir do país uma rápida resposta a este crescimento por meio da ampliação de muitos dos serviços de utilidade pública do Estado, dentre eles, o da energia elétrica. Neste período a *Mexican Light & Power Co.* foi obrigada a ampliar suas plantas de geração para atender a demanda crescente e rápida por energia elétrica.

Nos anos de 1940 e 1941 se iniciou o processo de nacionalização da indústria elétrica mexicana, tal qual já havia proposto a Lei de 1937 que regularizava o setor elétrico e determinava como exclusividade do Estado a geração/produção de energia elétrica, seja de origem hidráulica ou térmica. E na mesma década, mais precisamente em 1949, o Presidente da República Miguel Alemán emitiu um Decreto que transformava a CFE em um organismo público descentralizado e com personalidade jurídica e patrimonial própria.

A partir da década de 1930, embora houvesse uma tentativa de nacionalização do setor elétrico mexicano, vai ser somente na década de 1960 com a compra e nacionalização da *Mexican Light & Power*

Co, passando está a ser denominada de *Luz y Fuerza Motriz* que o setor se constitui como nacional com empresas públicas.

Em 1960, dos 2,308 MW de capacidade instalada no país a CFE respondia por 54%, a Mexican Light & Power (nacionalizada na mesma década) respondia por 25%, a American of Foreign respondia por 12% e o restante das companhias respondiam aproximadamente por 9% (www.cfe.gob.mx). Neste período apesar dos esforços de ampliação do parque gerador de energia elétrica, apenas cerca de 44% da população contava com energia elétrica residencial. Além da grande explosão demográfica no país desde os anos 1930, o país ainda apresentava um vertiginoso desenvolvimento de sua indústria, da agricultura e de outras atividades urbanas e rurais em geral.

Com a Reforma Constitucional de 1960 no governo do presidente Adolfo Lopez Mateos foi adicionado ao Artigo 27 da Constituição um parágrafo sexto que garantia exclusividade do Estado a função de planejar e produzir energia no país.

Com a nacionalização do setor elétrico mexicano há uma resposta, mesmo que modesta a época, à necessidade de integração do Sistema Elétrico Nacional para atender a crescente demanda por eletricidade no país e ao mesmo tempo acelerar a industrialização no México. Como fator político-institucional de estabilização deste sistema, o Estado Mexicano adquiriu as empresas privadas que já não realizavam os investimentos na intensidade requerida e necessária ao desenvolvimento do país.

Durante a década de 1960, os investimentos públicos no setor de infra-estrutura energética do México corresponderam a mais de 50% de todo o dinheiro público investido no país (www.cfe.gob.mx). Nas décadas de 1960/70, o crescimento na oferta de energia elétrica do país foi de forma extraordinária, chegando no final de 1970 a aproximadamente 17, 360 MW e, chegando em 1991 à capacidade instalada de 17 360 MW.

A partir de 1962, iniciou-se um processo de integração dos sistemas de transmissão, partindo do Sistema de Operación Noroeste e

do Sistema de Operación Noreste. Em meados de 1967 já havia concluído a integração dos Sistemas de Operación Norte, Oriental, Occidental e Central. Já na década de 1970, todo o sistema elétrico mexicano estava integrado, faltando apenas os sistemas das penínsulas da Baja California e da Yucatán (que só foram integradas ao sistema Nacional mexicano em 1990).

O México, tal qual os demais países da América Latina, dentre eles, apresentados aqui o caso do Brasil e da Argentina, passou pela década de 1980 com constantes e variados programas de estabilização e ajustes estruturais, principalmente a partir da crise do endividamento externo de 1982. Um dos aspectos proposto no ajuste estrutural foram às privatizações total ou parcial de muitas empresas estatais em diversos setores: industrial, financeiro, agropecuário, infra-estrutural e na comunicação, dentre outros.

A questão central desenvolvida neste processo foi justamente às proposições de cortes nos gastos sociais, associados à tendência a privatização dos serviços públicos e dos serviços básicos, num movimento que pretendia transferir as responsabilidades do Estado para as empresas privadas, ou melhor dizendo, mudar da esfera estatal desenvolvimentista para a da liberalização para o mercado.

Todavia, antes mesmo de entrarmos propriamente dito nos embates sobre a reestruturação do setor elétrico mexicano faz-se necessário uma apresentação, ainda que sucinta, da constituição do setor no México, tal qual a sua principal matriz de geração e a respectiva importância para o desenvolvimento do país.

Além da importância da energia elétrica e de sua centralidade para a reprodução da vida moderna (urbano industrial) que é um aspecto generalizado na esfera global. Para o México, em particular, do ponto de vista político e estratégico o presidente Lázaro Cárdenas criou a *Comisión Federal de Electricidad* (CFE) em 1937², cuja principal

² Antes da criação em 14 de agosto de 1937 da Comisión Federal de Electricidad (CFE), o México tinha um setor elétrico inaugurado em 1879 e que até

atribuição era a de dirigir/coordenar um sistema nacional de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. Não era a intenção na ocasião a obtenção de lucro, mas sim, de adquirir a energia com o menor custo e o maior rendimento possível. Os principais pontos de ortoga da lei de 1937 para a gestão da CFE de suma importância para o desenvolvimento da economia nacional foram:

- a) Estudiar la planeación Del sistema nacional de electrificación y lãs bases de su financiamiento;
- b) Organizar sociedades que tengan por objeto la fabricación de aparatos, maquinaria y materiales utilizables en plantas de generación en instalaciones eléctricas;
- c) Organizar cooperativas de consumidores de energia eléctrica para procurar el abastecimiento en las condiciones más favorables;
- d) Emitir obligaciones ajustándose a las disposiciones de la Ley de Títulos y Operaciones de Crédito (Martínez, 2003:11).

Outro fator importante constituído por Cárdenas neste processo foi à criação de um corpo consultivo composto dos seguintes atores:

“(...) um representante de los gobiernos estatales, uno de los gobiernos Del Distrito y Territorios Federales, uno de la Secretaría de Agricultura y Fomento, tres de los consumidore, a saber: agricultores, industriales y oorganizaciones de consumidores y uno de las empresas generadoras de energia eléctrica (...)” (Martínez, 2003:11-12).

Por questões analíticas podemos dividir a história/trajetória do setor elétrico mexicano em quatro grandes movimentos, a saber: primeiramente pelo período de aproximadamente 1937 a 1960 que foi marcado pela coexistência da CFE com as empresas privadas estrangeiras; um segundo período (1960 a 1983) marcado pela consolidação

1936 teve três empresas privadas estrangeiras monopolizando a atividade (Martínez, 2003:21).

e expansão do setor elétrico mexicano; um terceiro período de crise político-institucional e econômica no setor a partir de 1983 até meados de 1994 com o agravamento da dívida externa e, por fim, um quarto período marcado pelo governo de Carlos Salinas iniciado em 1994 e com forte empenho para privatizar o setor elétrico mexicano.

O primeiro período (1937-1960) tem como principal fator de reflexão e análise a entrada do Estado no setor para promoção e coordenação do desenvolvimento econômico do país, por meio da chamada de responsabilidades para si para condução dos investimentos e da centralidade da indústria elétrica para o país. Todavia, embora o Estado tenha feito este movimento, ainda coexistiu no sistema elétrico a participação das empresas privadas estrangeiras, que durante o governo do presidente López Mateos foram compradas e incorporadas ao Estado. Mediante tal incorporação, o Congresso da União considerou tais empresas nacionalizadas e ainda incorporou na Constituição o artigo 27 que constituía as seguintes proposições:

“corresponde exclusivamente a la Nación generar, conducir, transformar, distribuir y abastecer energía eléctrica que tenga por objeto la prestación de servicio público. En esta materia no se otorgarán concesiones de servicio a los particulares y la Nación aprovechará los bienes y recursos naturales que se requieren para dicho fin” (Martínez, 2003:12).

O propósito do executivo de do legislativo mexicano na ocasião foi o de propor um serviço público moderno e eficiente, cuja capacidade de financiamento ficasse sob responsabilidade do próprio Estado. Ao tomar tais medidas políticas, o governo mexicano por um lado, garantia à exclusividade e centralidade na gestão dos recursos hídricos para geração de energia hidroelétrica e, por outro, estabelecia a constante possibilidade de intervenção do Estado na economia além de sua própria responsabilidade de ser um agente institucional da promoção do desenvolvimento.

Uma das causas na mudança estrutural e de condução/gestão do setor elétrico mexicano adveio do descompasso entre o monopólio privado estrangeiro e o projeto de desenvolvimento nacional, tal fato era evidenciado pelo desequilíbrio entre oferta e demanda de energia, tarifas elevadas dentre outros aspectos mais, a saber:

“La oferta no satisfacía la demanda, las interrupciones en el servicio eran constantes y las tarifas muy elevadas; situaciones que no permitían el desarrollo económico del país. Además, estas empresas se dedicaban con preferencia a los mercados urbanos más redituables, sin contemplar en sus planes de expansión a las poblaciones rurales, donde habitaba el 67% de la población” (Martínez, 2003:21).

Com este processo de nacionalização da indústria elétrica mexicana surgiu a necessidade de integração energética em um sistema elétrico nacional, a extensão e ampliação da cobertura elétrica além de visar acelerar o processo de industrialização do país.

Por outro lado o financiamento do setor durante este primeiro período (1937-1960) foi predominantemente governamental enquanto que o momento anterior (1879-1936) havia sido marcado por investimentos privados estrangeiros, principalmente de empresas do Estados Unidos e da Inglaterra. Com o estabelecimento da CFE e com as grandes investidas na realização de investimentos, o setor apresentou os seguintes pontos como centrais, a saber:

- a) aportaciones Del gobierno federal;
- b) impuesto especial del 10% sobre el consumo de energia;
- c) excedente de explotación de la CFE;
- d) empréstitos interiores de Nafinsa y colocación de bonos;
- e) créditos del exterior con garantía del gobierno federal e intermediación de Nacional Financiera (Martínez, 2003:36-37).

Com o fim da segunda guerra mundial, em 1946, iniciou-se fortes investimentos, decorrentes de créditos do exterior, proporcionados pelo BM e o Eximbank. Já em 1950 a capacidade de geração havia

duplicado e os recursos financeiros para realização de tal feito provinha do governo federal com 52% dos investimentos, créditos internacionais com 30% e as companhias privadas responderam por apenas 18% dos investimentos, (Martínez, 2003:37).

Vários foram os estudos científicos e os discursos políticos no México da década de 50 que salientaram a importância do fortalecimento e expansão do setor elétrico para o desenvolvimento econômico do país, dentre os estudos, destacou-se o trabalho de Raul Ortiz Mena, Victor Urquidi, Albert Waterston e Jonas Haralz intitulado *El desarrollo económico de México y su capacidad para absorber capital Del exterior*, cujos aspectos mais relevantes foram:

“salvo em la minería em todos los ramos de la economía se registraron fuertes incrementos... este adelanto no se hizo a expensas de la producción agrícola que aumentó de manera considerable... es más sin el aumento de las exportaciones agrícolas, las importaciones de bienes de capital habrían sido menores y la industrialización no habría podido progresar con tanta rapidez. Al mismo tiempo que la industria y la agricultura crecían la industria petrolera, la energía eléctrica y las carreteras” (Martínez, 2003:37).

O segundo período (1960-1983) caracterizou-se pela consolidação, pela interconexão e unificação da indústria de eletricidade no México. Neste período um marco político institucional importante para o setor foi a criação em 1975 da *Ley Del Servicio Público de Energía Eléctrica*, que ratificava o caráter de serviço público da indústria de energia elétrica e estabelecia novas atribuições e responsabilidades a CFE como organismo público descentralizado e com personalidade jurídica e patrimônio próprio, (Martínez, 2003:13)

Pela descentralização pode-se realizar um movimento de transferência de algumas atribuições antes sob responsabilidade do governo central para órgãos especializados. E por serviço público afirmava-se o caráter de prestação do serviço visando à satisfação da coletividade, devendo ser os mesmos regulares, contínuos e uniformes no tempo.

Com a *Ley Del Servicio Público de Energía Eléctrica* estabeleceu-se duas grandes fases para o setor, quais sejam:

- a) o planejamento do sistema elétrico nacional;
- b) a realização de todas as obras requeridas para o setor, assim como sua execução, operação e manutenção do sistema elétrico nacional.

Um outro fator presente na *Ley Del Servicio Público de Energía Eléctrica (Lspee)* e de fundamental importância se refere a exclusividade do governo federal na condução e manejo das empresas prestadoras de serviços públicos em energia elétrica, a saber, “el Estado contará com los organismos y empresas que requiera para el eficaz manejo de las áreas estratégicas a su cargo”, (Martínez, 2003:13).

Um dos resultados decorrentes das atribuições legais do CFE na gestão e planejamento do setor elétrico mexicano foi o de induzir/promover o desenvolvimento do setor e conseqüentemente também influir no desenvolvimento do país. Todavia, a partir dos governos de orientação político-econômica mais liberalizantes – neoliberais –, está postura de centralidade do Estado na infra-estrutura e como promotor do desenvolvimento econômico começa a perder espaço em função de proposições privatistas voltadas para a lógica do mercado, ou seja, o mercado teria sua dinâmica independente do Estado.

O terceiro período (1983-1994) foi marcado por uma crise aguda na economia nacional e pela crise da dívida externa (movimento similar a maioria dos partidos da América Latina na década de 1980). As reformas de cunho neoliberal de um lado, e a *Ley Del Servicio Público de Energía Eléctrica* por outro lado, acabaram por precarizar a continuidade de expansão do setor elétrico mexicano.

Como resposta a tal processo o governo de Miguel de la Madrid (1982-1988) se orientou para tentar reabilitar o setor por meio de uma reforma que apresentou os seguintes aspectos:

“se incrementaron sustancialmente las tarifas, se limitó el endeudamiento al 50 % del programa de inversiones, y se financió el resto con recursos propios y transferencias del gobierno federal...se dispuso la reestructuración de su deuda y la asunción de sus obligaciones en dólares, con instituciones de crédito condicionadas al cumplimiento de compromisos en materia de productividad y eficiencia” (Martínez, 2003:13).

O que se verifica com a entrada de Madrid a presidência é uma condução econômica do país voltada para o mercado, dentre as quais a privatização da infra-estrutura é um elemento central. Tais políticas econômicas vão ser aprofundadas pelo governo seguinte de Carlos Salina de Gortari (1988-1994). A abertura e desregulamentação da economia mexicana ocorreram ainda em meados da década de 1980, todavia as privatizações de empresas de grande porte só vão ser na década de 1990.

Pode-se afirmar que desde a moratória do México em 1982, várias foram as pressões externas realizadas no país, principalmente dos organismos multilaterais de crédito e dos Estados Unidos, para que o país realizasse as reformas necessárias no setor elétrico, entendidas por tais atores como a desregulamentação e privatização do setor. Todavia, as tentativas de reestruturar o setor elétrico sempre esbarravam na constituição que garantia e definia como competência exclusiva do Estado a prestação dos serviços públicos de energia. Quando o país tornou-se um signatário do Nafta, as pressões aumentaram sensivelmente.

Uma primeira estratégia do governo para enfrentar os impedimentos constitucionais consistiu em retirar da esfera dos serviços públicos um conjunto de atividades da industria energética, podendo assim passa-las ao setor privado, mediante outorga da CFE. Mediante tal fato, a partir de 1992 passou a não mais existir barreiras a entrada de capital privado para participar do setor nas atividades de geração como produtores independentes, autoprodução, co-geração e pequena produção.

O quarto período (a partir de 1994) foi marcado pela “obsessão” privatista do governo Carlos Salinas que atuando por meio da *Secretaría de Hacienda y Crédito Público*, propunha a incorporação integral

das recomendações do Consenso de Washington, ou seja, abertura comercial, redução do setor público com as privatizações dos setores de infra-estrutura, desregulamentação financeira dentro outras mais.

Todavia, dado às condições político-institucionais do país, as privatizações no México só poderiam ocorrer de forma paulatina, tal qual já vinha ocorrendo a partir de 1992 quando se autorizou a geração privada de energia elétrica, visando sempre a auto-geração para o auto-abastecimento, co-geração e produção independente.

Mediante esses embates políticos, o crescimento da geração de energia elétrica no período de 1990-1997 foi de apenas 1,3% anual. Com a crise de financiamento do setor que começa a se agravar na década de 80 e com a entrada dos governos de Carlos Salinas e Ernesto Zedillo, ambos representantes da agenda neoliberal, liberalizantes para o mercado, ao se verem incapazes de dar uma resposta efetiva e eficaz ao problema de investir novos recursos para geração e distribuição de energia elétrica, deram os primeiros passos para transferir a parte mais rentável do setor energético as empresas privadas de capital estrangeiro, as chamadas transnacionais do setor elétrico.

Como se não bastassem os acontecimentos endógenos a política energética mexicana, que envolvia desde a necessidade de reformas constitucionais até a articulação com as redes de poder local, nacional (interesses do capital nacional, pressões sindicais e de outros setores da sociedade civil organizada), ainda havia como fator de pressão e desequilíbrio para o país os fatores exógenos, cujo primeiro marco político e simbólico foi o Consenso de Washington. No entanto, foi o Banco Mundial, por meio da Estratégia de Assistência ao País (EAP) em 1995, que considerava e propunha as privatizações da indústria elétrica nacional.

As recomendações de privatizações no setor elétrico mexicano oriunda do Banco Mundial pelo relatório da EAP de 1998, considerava como primordial e central as privatizações no setor elétrico como condição específica para a ajuda econômica internacional e o apoio garantido pelo próprio Banco Mundial.

Além do mais, segundo a Carta de Intenção e o Memorando de Políticas Econômicas e Financeiras do governo mexicano, ambas enviadas ao Fundo Monetário Internacional (FMI) em junho de 1999 especificava as seguintes políticas:

“o governo contribuirá para o aumento dos investimentos, por meio de seus planos para expandir a infra-estrutura básica, incluindo co-investimentos com o setor privado e a participação desse setor em áreas anteriormente reservadas ao Estado, como a geração de eletricidade. Esse é o motivo pelo qual o governo enviou uma proposta ao Congresso para abrir espaço para a competição no mercado de eletricidade e atrair investimentos privados para a indústria elétrica”
(Teran, 2003 – Deca Equipo Pueblo, A.C.).

Embora tais proposições privatistas tenham sido derrotadas por uma ampla oposição social e sindical, o presidente Vicente Fox, ainda que internamente reiterasse que a indústria elétrica não devesse ser privatizada, realizou diversas investidas no cenário internacional para oferecer aos investidores estrangeiros a possibilidade de investirem no setor energético mexicano.

Segundo experiências privatistas em outros países latino-americanos (Brasil e Argentina), por exemplo, um dos resultados previstos da privatização do setor elétrico é o aumento das tarifas, o comprometimento dos direitos trabalhistas e principalmente a perda do controle de uma indústria tão estratégica para o desenvolvimento dos países em desenvolvimento.

Como exposto até aqui, as orientações às políticas liberalizantes para o mercado no setor elétrico, seja no Brasil, Argentina ou México seguem algumas similaridades, embora ocorridas em tempos diferentes. Mas antes mesmo de as elencarmos, se faz necessário uma breve apresentação do setor elétrico mexicano no que confere as suas bases físicas e aos órgãos de regulação.

O setor elétrico mexicano é composto de aproximadamente 27% de geração hidroelétrica, 60% de termoelétricas (baseadas a óleo

combustível – maior parcela – e gás natural), ambas sobre controle estatal por meio da CFE e aproximadamente 13% oriundo de empresas privadas e outras fontes alternativas. Para ilustração de tais dados verifica-se o quadro abaixo.

Quadro 2– Capacidade instalada por tipo de planta, 1930-1999 (megawatts)

Años	Total	CFE		Eoloeléctrica	Privada y otras
		Hidroeléctrica	Termoeléctrica		
1930	411	304	107	----	0
1940	680	389	291	----	0
1950	1,234	606	628	----	0
1958	2,560	1,184	1,376	----	0
1964	4,815	1,865	2,950	----	0
1970	7,414	3,228	2,840	----	1,346
1976	12,978	4,541	6,919	----	1,518
1982	21,033	6,550	11,840	----	2,643
1988	26,428	7,749	15,805	----	2,874
1994	37,214	9,121	22,526	2	5,565
1995	35,437	9,329	23,706	2	2,400
1996	37,281	10,034	24,755	2	2,490
1997	37,458	10,034	24,779	2	2,643
1998	38,440	9,700	25,554	2	3,184
1999	39,235	9,618	26,046	2	3,569

Fuentes: Martínez, 2003:99.

1900-1979: Secretaría de Industria y Comercio, Dirección General de Electricidad. Tomado del Anuario de los Estados Unidos Mexicanos, SSP-INEGI

1980-1991: INEGI, DGE, El sector eléctrico en México (varios años)

Presidencia de la Republica, informes de Gobierno (varios años)

Nota: De 1955 a 1976 se incluyen plantas de vapor, de 1961 a 1976 plantas de combustión interna, a partir de 1965 plantas de gas y geotérmicas; a partir de 1980 plantas de ciclo combinado, turbogás y carboeléctricas, a partir de 1990 plantas nucleoeeléctricas y a partir de 1995 plantas eoloeléctricas.

Todavía, o governo mexicano atualmente tem preferido priorizar a importação de energia dos Estados Unidos em substituição à construção de novas plantas nas regiões de fronteira com este país.

No que se refere a totalidade do *Sistema Eléctrico Nacional* (SEM) no México, a predominância do Estado é ainda maior, ou seja, ele detêm aproximadamente 87% do total da capacidade instalada que contem uma ampla rede de transmissão e distribuição, interconectadas nacionalmente, além do próprio parque gerador. Ainda possui o chamado sistema dos EUA e Belize (sistemas isolados que se encontram na Península da Baixa Califórnia, sendo que um deles está interconectado com a rede elétrica dos EUA), (www.cfe.gob.mx). Os outros 12% representam a autoprodução e co-geração de agentes privados e públicos que compõe o Sistema Interconectado Nacional (SIN).

Essa predominância estatal no setor apresenta um duopólio público integrado verticalmente, as duas empresas públicas são respectivamente a *Comisión Federal de Electricidad* (CFE) que responde por cerca de 82,5% do total da geração e distribuição nacional e pela também estatal *Luz y Fuerza Del Centro* (LFC) que é responsável por aproximadamente 5% da geração e distribuição para a área central do país, com o devido destaque a Cidade do México.

Além das estatais que controlam o setor elétrico mexicano, a partir de 1993 foi criada a *Comisión Reguladora de Energía* (CRE) com a proposição de ser um órgão técnico ligado a *Secretaría de Energía*. Em 1995 este ente regulador acabou por assumir as funções regulatórias anteriormente de competência da *Secretaria de Energía*. As atribuições da CRE são as seguintes:

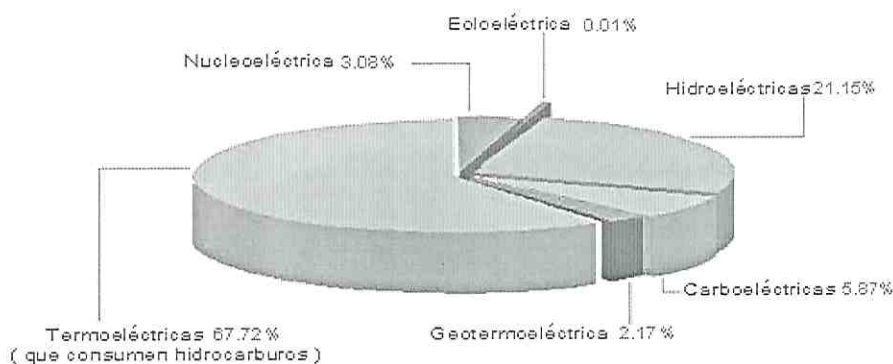
- a) outorgar permissões e aprovar os contratos do setor;
- b) solucionar controvérsias entre os agentes setoriais;
- c) aprovar a metodologia de preços da eletricidade importada pela CFE e os encargos pelos serviços de transmissão;
- d) participar da política tarifária, bem como de sua modicidade e;
- e) editar as resoluções setoriais. (www.shep.gob.mx)

Atualmente o setor elétrico mexicano consta com uma capacidade de instala total de aproximadamente 45.600,00 MW entre a *Comisión*

Federal de Electricidad (CFE) e a também estatal *Luz y Fuerza Del Centro* (LFC), sendo 31.073,80 MW de origem termoelétrica (67.72%); 9.600,10 MW de hidroeletricidade (21.15%); 2.600,00 MW de carboeletricidade (5.87%); 1.364,90 MW de nucleoeletricidade (3.08%); 959,00 MW de geotermoeletricidade (2.17%) e 2,2 MW de eólica (0.01%)³.

Da capacidade total instalada no México, 44,269.74 MW são oriundas da CFE, donde 9,363.82 MW são de hidroelétricas; 29,979.36 MW correspondem as termoelétricas que consomem hidrocarburos; 2,600.00 MW a carboelétricas; 959.50 MW a geotermoeleétricas; 1,364.88 MW a nucleoeleétrica e 2.18 MW a eoloelétrica.

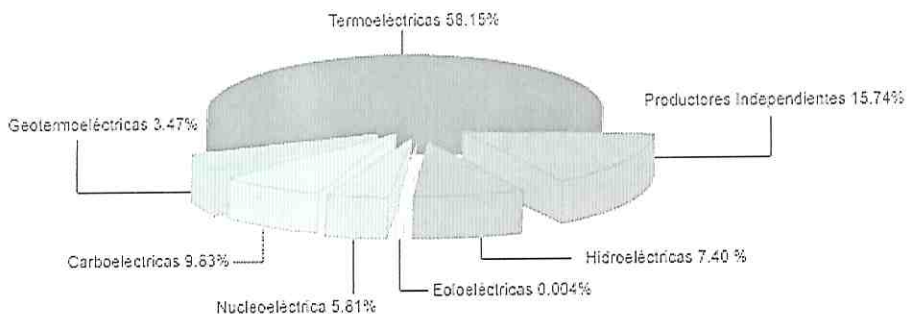
Gráfico 1 - Capacidade Efetiva Instalada de Geração – CFE



Fonte: www.cfe.gov.mx

³ As fontes para os dados utilizados aqui são diversas (www.cfe.gov.mx, www.lfc.gov.mx e www.cre.gov.mx). Todas de origem governamental, sites oficiais.

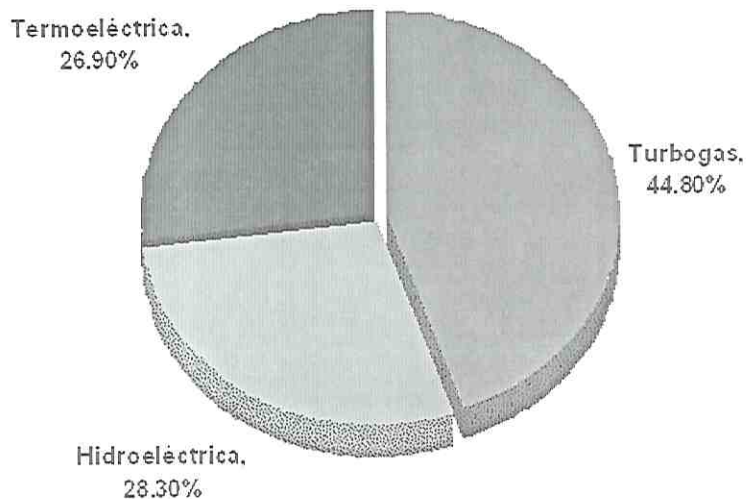
Gráfico 2 – Geração de energia elétrica por fonte – CFE



Fonte: www.cfe.gov.mx

Já a LFC responde por aproximadamente 1.330,26 MW, donde 26,90% é de origem termoelétrica, 28,30% de hidroeletricidade e 44,80 de turbogas como apresentado a seguir pelo gráfico 3.

Gráfico 3 – Geração de energia elétrica por fonte - LFC



Fonte: www.lfc.gov.mx

Como visto até o momento, a Argentina e o México apresentaram maior ou menor quantidades de reformas nos seus respectivos setores elétricos voltadas para o mercado, ou seja, houve um movimento no sentido de tornar os setores de infra-estrutura, especialmente o de energia elétrica, como um setor a ser dirigido e planejado pelo jogo de mercado mediante as tais proposições neoliberais. As principais agências multilaterais e/ou marcos político-institucional para as reformas realizadas nos países, supra mencionados foram o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, como órgão de fomento ao desenvolvimento econômico desses países, cujas condições de auxílio passaram pela realização de privatizações e desregulamentações no setor elétrico desses países.

O Consenso de Washington além de também ser um proponente de reformas liberalizantes para o mercado, como condição fundamental para os países em desenvolvimento realizarem para poderem sair da estagnação e voltarem a crescer, todavia, já não mais pelo Estado como indutor do desenvolvimento, mas sim, pelo crescimento da economia pelo jogo no mercado. O referido consenso ainda ficou com o ônus simbólico de ser o evento político de maior importância para a realização das privatizações, desregulamentações e ajustes fiscais dos países da América Latina.

De forma geral, podemos definir a história do setor energético, e da eletricidade em particular nos países aqui apresentados, em correspondência direta com um tipo de formação social assentada num modo de produção capitalista, cujo, uma das principais células é a configuração urbano-industrial dos países. Outro fator se refere à trajetória no qual o setor elétrico foi se constituindo nesses países.

Primeiramente, impulsionado e gerido pelo capital privado estrangeiro a partir do final do século XIX. Num segundo momento, principalmente após a segunda-guerra mundial há um processo de estatização do setor (via federal e estadual). E, por fim, basicamente a partir da década de 1980, acirrando-se na década de 1990, há um processo de privatizações e reformas liberalizantes no setor, de forma a enquadrá-lo de deixá-lo mais atrativo a lógica de mercado.

A correspondência entre desenvolvimento econômico e social e o padrão (tipo) de energia elétrica requerente pelo modo de produção capitalista por um lado, e, por outro lado, a similaridade de trajetória entre a Argentina e o México na constituição de seus respectivos setores energéticos nos reforçou a importância e necessidade de compreender em que medida e em quais condições as ditas reformas liberalizantes para o mercado afetaram e ainda podem afetar o setor de infraestrutura energética nesses países.

BIBLIOGRAFIA

- ALBAVERA, F.S et ali. *Panorama minero de américa latina a fines de los años noventa*. Série Recursos naturales e infraestructura n° 1, Septiembre de 1999, CEPAL (site: www.eclac.cl/).
- AYERBE, L. F. *Neoliberalismo e política externa na américa latina*. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1998.
- AZPIAZU, D. (org.). *Privatizaciones y poder económico: la consolidación de una sociedad excluyente*. Universidad Nacional de Quilmes, 2002.
- AZPIAZU, D e SCHORR, M. *Desempeño reciente y estructura Del mercado gasífero argentino: asimetrías tarifarias, ganancias extraordinarias y concentración del capital*. FLACSO, area de Economía y Tecnología, diciembre de 2001.
- AZPIAZU, D e SCHORR, M. *Crónica de una sumisión anunciada: las renegociaciones con las empresas privatizadas bajo la administración Duhalde*. Buenos Aires, Siglo XXI Editores Argentina, 2003.
- AZPIAZU, D e BASUALDO, E. (org.). *El proceso de privatización en argentina: la renegociación con las empresas privatizadas*. Universidad Nacional de Quilmes e Página/12 Editorial, 2002.
- BASUALDO, E. *Sistema político y modelo de acumulación en la argentina*. Universidad Nacional de Quilmes, 2002.
- BATISTA, P. N. O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. In: *Em defesa do interesse nacional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

- BORON, A.A. *Estado, Capitalismo e Democracia na América Latina*. São Paulo, Paz e Terra, 1994.
- CANO, W. *Soberania e Política Econômica na América Latina*. São Paulo. Editora UNESP, 2000.
- CARDOSO, F. H. *As idéias e seu lugar*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.
- CARDOSO, F.H. E FALETO, E. *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*. 7º ed. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos Editora S.A. RJ, 1970.
- CEPAL (Comisión Econômica para América Latina y el Caribe) *Globalización y desarrollo*. Edición de Mayo de 2002, Santiago de Chile, 2002.
- DONAHUE, J.D. *Privatização – fins públicos, meios privados*. Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro, 1992.
- GIDDENS, A. *As Conseqüências da Modernidade*. São Paulo: Unesp, 1991.
- HABERMAS, J. *Para Reconstrução do Materialismo Histórico*. São Paulo. Editora Brasiliense, 1990.
- MARTIN, J.M. *A Economia Mundial da Energia*. (trad.) Elcio Fernandes. São Paulo: Editora UNESP, 1992.
- MECON. *Informe Del sector electrico, año 2001 (provisorio)*, noviembre 2002 (<http://energia.mecon.gov.ar>).
- ORTIZ, R. E SCHORR, M. *La reconfiguración del poder económico en el sector de los hidrocarburos durante la década del noventa y sus consecuencias en la salida de la convertibilidad*. V Jornada de Sociología, Buenos Aires, de 11 a 15 de noviembre de 2002.
- PASSET, R. *A ilusão neoliberal*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2002.
- PAUNOVIC, I. *Growth and Reforms in Latin America and the Caribbean in the 1990s*. Série Reformas Econômicas nº70, maio de 2000, CEPAL (site: www.eclac.cl/).
- PETRAS, J. *Armadilha Neoliberal – e alternativas para a América Latina*. São Paulo, Xamã Editora, 1999.
- ROMERO, L.A. *La crisis Argentina: una mirada al siglo XX*. Buenos Aires, Siglo XXI Editores Argentina, 2003.

- ROSA, L. P.; TOLMASQUIM, M. T. E PIRES, J. C.L. *A reforma do setor elétrico no Brasil e no mundo: uma visão crítica*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Coppe, UFRJ, 1998.
- ROSANVALLON, P. *O liberalismo econômico: história da idéia de mercado*. Bauru, SP: EDUSC; 2002.
- SADER, E. *Século XX, uma biografia não-autorizada: o século do imperialismo*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.
- SADER, E. & GENTILI, P. (org.) *Pós-Neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático*. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1995.
- SANTOS, M. *Técnica, Espaço Tempo*. São Paulo: Hucitec, 1998.
- SANTOS, W. G. *Ordem burguesa e liberalismo político*. São Paulo: Duas Cidades, 1978.
- SAUER, I. Energia elétrica no Brasil contemporâneo: a reestruturação do setor, questões e alternativas. In. *Política energética e crise de desenvolvimento*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- SECRETARIA DE ENERGIA. *Impuestos y subsidios sobre las tarifas eléctricas a usuario final*. Buenos Aires, abril de 2002, (<http://energia.mecon.gov.ar>).
- _____. *Impuestos sobre las tarifas eléctricas a usuario final de cooperativas eléctricas de Buenos Aires*. Buenos Aires, junio de 2002, (<http://energia.mecon.gov.ar>)
- SOUSA SANTOS, B. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 1997.
- SOUZA, J. *A modernização seletiva: uma reinterpretação do dilema brasileiro*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.
- TAVARES, M. C. & FIORI, J.L. *Desajuste global e modernização conservadora*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1993.
- TORRE, J. C. *El proceso político de las reformas económicas en América Latina*. Buenos Aires, Editorial Piados SAICF, 1998.

NOME (Name): _____

ENDEREÇO (Address): _____

RECEBEMOS: _____
We have received: _____

FALTA-NOS: _____
We are lacking: _____

ENVIAMOS EM PERMUTA: _____
We are sending in exchange: _____

DATA: _____
Date: _____

ASSINATURA: _____

**A NÃO DEVOLUÇÃO DESTE IMPLICARÁ NA
SUSPENSÃO DA REMESSA**
Non-acknowledgement of receipt will indicate that further
publications are not wanted.

À
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - IFCH
SETOR DE PUBLICAÇÕES
Cidade Universitária “Zeferino Vaz”
Caixa Postal 6.110
13083-970 - Campinas - São Paulo - Brasil

Tel.: 0XX (19) 3788.1604 / 3788.1603
Telefax 0XX (19) 3788.1589
<http://www.ifch.unicamp.br/pub>
morewa@unicamp.br

